

## Lei Ordinária nº 1338/2004

## Dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Habitação de Camapuã/MS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 23 de junho de 2004

- **Art. 1º. -** Fica constituído o Conselho Municipal de Habitação de Camapuã/MS com funções normativas, consultivas e deliberativas.
- **Art. 2º. -** Compete ao Conselho Municipal de Habitação em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social:
- I Normatizar os Programas habitacionais a serem implantados.
- II Analisar e aprovar cadastros de famílias interessadas nos Programas.
- **Art. 3º. -** O Conselho Municipal de Habitação de Camapuã/MS será formado por um representante titular e outro suplente dos seguintes órgãos e entidades:
- a) Representante do Poder Executivo Municipal.
- **b) -** Representante do Poder Legislativo.
- c) Representante das Entidades de Classe.
- d) Representante das Igrejas.
- e) Representante de Entidades Filantrópicas.
- § 1º. A escolha do representante de cada entidade será feita por consenso entre as mesmas, que indicarão os escolhidos para designação a ser feita por ato do Poder Executivo.
- § 2º. Os órgãos de que tratam este artigo, terão para indicação de seus representantes, o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da correspondência do Poder Executivo solicitando essa providência sob pena de perderem o direito de presença do Conselho.
- § 3º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos permitida uma única recondução.

- § 4º. Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração sendo os seus serviços considerados relevantes ao Município.
- § 5º. O Conselho Municipal de Habitação elegerá, dentre os membros, o seu Presidente.
- **Art. 4º.** O Conselho reunir-se a ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser o regulamento interno.

**Parágrafo único.** - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, levando-se em conta a totalidade de sua composição, tendo o seu Presidente o voto de qualidade.

- **Art. 5º. -** A Secretaria Municipal de Assistência Social colocará à disposição a infra-estrutura administrativa necessária a conveniente execução dos trabalhos do Conselho.
- **Art. 6º. -** Dentro de 30 dias, a contar da publicação desta Lei, o Prefeito Municipal baixará Decreto aprovando o Regimento Interno do Conselho.
- Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 23 de junho de 2004.

## **MOYSÉS NERY**

**Prefeito Municipal**